



Venda de antibióticos precisa ser controlada

Jaldo de Souza Santos,
Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF).
E-mail presidencia@cff.org.br

Representantes da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), do Conselho Federal de Farmácia e de outros órgãos da saúde reuniram-se, no dia 17.06.09, em São Paulo, para discutir uma ação conjunta, com vistas a combater o uso inadequado de antibióticos. O grave problema da resistência bacteriana, fruto do uso indiscriminado desses medicamentos, é o objeto dessa ação.

É intenção da Agência incluir os antibióticos na lista de medicamentos controlados, a exemplo do que ocorre com os de tarja preta. A proposta é louvável e, para levá-la a efeito, a Anvisa precisará

do apoio de todos, pois certamente o interesse econômico lutará com todas as suas armas, para contrapor-se a ela.

Foram a observação científica do bacteriologista escocês Alexander Fleming (1881-1955) e o acaso que trouxeram o antibiótico para a humanidade, em 1928. Fleming havia deixado placas com culturas da bactéria estafilococos, a qual estudava, sobre a mesa, em vez de guardá-las na geladeira, ou inutilizá-las. Dias depois, observou que algumas placas foram contaminadas pelo mofo (um tipo de fungo), e este produziu uma substância bactericida, ou seja, capaz de exterminar as bactérias. Era a penicilina, o antibiótico que o acaso trouxe para salvar vidas e mudar a história da Medicina e da Farmácia.

Mas a história dos antibióticos vem sendo maculada pelo seu uso inadequado. Pessoas incautas tomam esses medicamentos sem prescrição médica, nem orientação do farmacêutico, e têm

como cúmplices balconistas praticantes da vil “empurroterapia”. É bastante sentir a menor dor de garganta e, lá, estão os pacientes imprudentes, nas farmácias e drogarias, para comprar o seu antibiótico, crentes que estão levando para casa a saúde dentro de um frasco.

Mal sabem que o uso inadequado de antibióticos gera um rosário de problemas que pode culminar com a morte. Um dos problemas é o tratamento mal-sucedido, fruto da falta de orientações médicas e farmacêuticas, o que leva o usuário a não tomar o medicamento certo, na dose certa e no tempo certo.

Vêm daí outras consequências negativas, como o mascaramento de uma doença de base (aquela que deu origem aos sintomas); a destruição temporária dos microorganismos “do bem”, que agem, defendendo o organismo humano contra os microorganismos patogênicos etc.

Há antibióticos que, se

usados indiscriminadamente, podem, ainda, destruir células humanas. A rifampicina, por exemplo, pode causar surdez, nefropatia (destruição das células renais que, ressalte-se, são irreconstituíveis) e intoxicações. Outros antibióticos, quando usados sem critério, desencadeiam distúrbios de coagulação sanguínea.

Mas o outro problema - e que é o centro desta ação liderada pela Anvisa - é a implacável resistência bacteriana, que se dá, quando o antibiótico utilizado deixa de ser eficaz para aquele tipo de microorganismo, sendo necessário aos médicos lançarem mão de associações de dois ou mais antibióticos, com doses maiores e com tempo de tratamento mais prolongado, com o objetivo de chegar a um resultado terapêutico satisfatório, o que, por outro lado, pode derivar nos problemas já referidos.

A resistência está transformando bactérias combatidas, até pouco tempo, com antibióticos mais leves, em microorganismos de difícil combate. É o caso da *Staphylococcus aureus*. No informativo de março de 2009, o Centro

de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) anunciou que 40% das crianças que morreram por gripe, na atual temporada, tiveram algum tipo de infecção associada. Deste total, 62,5% eram por *Staphylococcus aureus*.

No Brasil, a resistência da bactéria *Escherichia coli*, causadora de infecções urinárias, aos antibióticos da classe das quinolonas, já ocorre em até 40% dos casos. Quem garante é o infectologista Antônio Pignatari, especialista em resistência bacteriana da Universidade Federal de São Paulo (USP).

Alguns países estão adotando posições firmes contra o uso inadequado de antibióticos. O Governo francês conseguiu diminuir em 26,5% o consumo de antibióticos, no País. Agora, a Anvisa se convence de que é hora de adotar uma postura dura em relação à venda dos antibióticos. E já passava mesmo da hora.

Há mais de 30 anos, medicamentos de tarja vermelha, a exemplo dos antibióticos, só podem ser vendidos sob prescrição médica. Mas isso não saiu do papel, porque a fiscalização dos órgãos de vigilância é frouxa, quando tem que

fazer cumprir a determinação.

Um levantamento realizado pelo Conselho Regional de Farmácia de São Paulo, de junho a setembro de 2008, prova tudo. O estudo constatou que 68% dos 2.769 estabelecimentos farmacêuticos pesquisados dispensam antibióticos e antiinflamatórios sem receita médica.

Portanto, incluir os antibióticos na lista de medicamentos controlados é uma atitude correta a qual as autoridades e a sociedade devem apoiar, inclusive para barrar as gestões que certamente o interesse econômico irá deflagrar, para não permitir que essa ação vingue. Mas vale ressaltar, nesse contexto, a importância da orientação prestada pelos farmacêuticos aos pacientes. É ela que leva ao acerto terapêutico e ao uso racional dos antibióticos.

Quanto à ação conjunta, terá que dar certo. Afinal, se a fiscalização funciona para os medicamentos de tarja preta, por que não funcionaria, no caso dos produtos de tarja vermelha? Tudo é uma questão de vontade política e de coragem. E estas não podem faltar, quando a vida está em perigo.